



**ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA  
GABINETE DO CORREGEDOR**

Referência: 8503789-92.2017.8.06.0026

Assunto: Destinação de armas apreendidas – Lei n.º 10.826/2003

**DESPACHO/OFÍCIO CIRCULAR N.º 158 2017/CGJCE**

Cuidam os presentes autos do Ofício n.º 375931-SG, por meio do qual o douto Juiz Auxiliar da Presidência e Secretário-Geral do Conselho Nacional de Justiça, Dr. Júlio Ferreira de Andrade, informa sobre a assinatura do **Acordo de Cooperação Técnica n.º 005/2017, firmado entre aquele e. órgão de cúpula e o Comando do Exército Brasileiro**, que tem como objetivo estabelecer esforço concentrado para a destruição de armas de fogo e munições apreendidas que estejam sob a guarda do Poder Judiciário, nos termos do art. 25 da Lei n.º 10.826/2003 e da Resolução CNJ n.º 134/2011.

Nessa perspectiva, determino seja dado conhecimento do aludido Acordo à egrégia Presidência do TJ/CE, aos Juízes Corregedores Auxiliares desta Casa Censora, bem como aos demais Magistrados do Poder Judiciário Cearense que tenham competência na área criminal.

Cópia do presente servirá como **Ofício Circular**.

Empós, arquivem-se.

À Diretoria-Geral para as providências de praxe.

Fortaleza, 29 de novembro de 2017.

  
**DESEMBARGADOR FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO**  
Corregedor-Geral da Justiça



**CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

SECRETARIA-GERAL

SEPN Quadra 514 Norte - Lote 9 - Bloco D - CEP 70760-544 - Brasília - DF  
www.cnj.jus.br

**OFÍCIO Nº 0375931 - SG**

Brasília, 24 de novembro de 2017.

A Sua Excelência o Senhor  
Desembargador FRANCISCO DARIVAL BESERRA PRIMO  
Corregedor do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará  
Fortaleza - CE

Assunto: **Destinação de armas apreendidas. Lei n. 10.826/2003**

Senhor Corregedor,

Ao cumprimentar Vossa Excelência, de ordem da Excelentíssima Senhora Presidente do Conselho Nacional de Justiça, Ministra Cármen Lúcia, informo a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica n. 005/2017, firmado entre este Conselho e o Comando do Exército Brasileiro, que tem como objetivo estabelecer esforço concentrado para a destruição de armas de fogo e munições apreendidas que estejam sob a guarda do Poder Judiciário, nos termos do art. 25 da Lei nº 10.826/2003 e conforme disciplinado pela Resolução CNJ n. 134/2011.

Para dirimir eventuais dúvidas, fica à disposição a Diretora do Departamento de Segurança Institucional do Poder Judiciário, Dra. Tatiane da Costa Almeida, pelo telefone (61) 2326-4824.

Respeitosamente,

**Júlio Ferreira de Andrade**  
Juiz Auxiliar da Presidência  
Secretário-Geral



Documento assinado eletronicamente por **JÚLIO FERREIRA DE ANDRADE**,  
**SECRETÁRIO GERAL - SECRETARIA-GERAL**, em 24/11/2017, às 15:08, conforme art.  
1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no [portal do CNJ](#) informando o



código verificador **0375931** e o código CRC **7629859A**.



## *Conselho Nacional de Justiça*

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 005 /2017

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO  
NACIONAL DE JUSTIÇA E O COMANDO  
DO EXÉRCITO BRASILEIRO, EM  
CONFORMIDADE COM O ART. 116 DA LEI  
N. 8.666/1993 E COM A RESOLUÇÃO CNJ  
N. 134/2011. (Processo CNJ sei -  
16945/2017)

O **CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**, com sede no SEPN Quadra 514 Lote 9 Bloco D, Brasília-DF, CEP 70760-544, CNPJ 07.421.906/0001-29, doravante denominado **CNJ**, neste ato representado por sua Presidente, Ministra **CÁRMEN LÚCIA ANTUNES ROCHA**, RG M310030 SSP-MG e CPF 254.860.806-97; e o **COMANDO DO EXÉRCITO BRASILEIRO**, com sede no Setor Militar Urbano, Brasília-DF, CEP 70655-775, CNPJ 00394452/0001-03, neste ato representado pelo General de Exército **EDUARDO DIAS DA COSTA VILLAS BÔAS**, RG 02-153940 - MDEBDF e CPF 182.733780-04, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, com fundamento na Lei n. 8.666/1993, demais disposições legais pertinentes, e mediante as cláusulas a seguir enumeradas.

### DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Acordo de Cooperação Técnica tem como objetivo estabelecer esforço concentrado para a destruição de armas de fogo e munições apreendidas que estejam sob a guarda do Poder Judiciário, considerados pelos juízes desnecessários para a continuidade e a instrução do processo.







## *Conselho Nacional de Justiça*

### **DAS OBRIGAÇÕES**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – São obrigações dos partícipes:

**I – do Conselho Nacional de Justiça:**

- a) entregar ao Comando do Exército a lista de armas já disponibilizadas pelos juízes brasileiros para serem destruídas;
- b) estabelecer parceria com os tribunais, para que enviem ao Exército, para destruição ou doação, as armas de fogo e munições apreendidas, que estejam sob sua guarda e que sejam desnecessárias ao prosseguimento e à conclusão do processo penal.

*420*

**II – do Comando do Exército Brasileiro:**

- a) indicar as unidades responsáveis pelo recebimento das armas de fogo e munições recolhidas junto ao Poder Judiciário;
- b) adotar medidas para garantir que o procedimento para destruição ou doação de armas de fogo e munições sob sua guarda ocorra de maneira célere.

**Parágrafo único.** Os órgãos signatários do presente Acordo de Cooperação firmarão cronograma com prazo para a destruição ou doação das armas de fogo e munições apreendidas sob a guarda do Poder Judiciário, para o fornecimento de apoio logístico aos tribunais e a indicação das Organizações Militares responsáveis pelo recebimento das armas e munições e encaminhamento à destruição.

### **DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Este Instrumento não envolve transferências de recursos financeiros entre os partícipes.

**Parágrafo único.** Eventuais despesas necessárias à consecução do objeto deste Acordo de Cooperação, tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, ajuda de custo, comunicação entre os Partícipes e outras que se fizerem necessárias,





## *Conselho Nacional de Justiça*

serão assumidas nos limites das atribuições de cada Participe e cobertas por suas respectivas dotações orçamentárias.

### **DA VIGÊNCIA**

**CLÁUSULA QUARTA** – Este Acordo terá eficácia a partir da data de sua assinatura e vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado, por Termo Aditivo, por conveniência das partes, até o limite de 60 (sessenta) meses, exceto se houver manifestação expressa em sentido contrário, nos termos da lei.

### **DA PUBLICAÇÃO**

**CLÁUSULA QUINTA** – O extrato do presente instrumento será publicado no Diário de Justiça Eletrônico, pelo Conselho Nacional de Justiça, de acordo com o que autoriza o art. 4º da Lei n. 11.419/2006, combinado com o parágrafo único do artigo 61 da Lei n. 8.666/1993.

### **DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO**

**CLÁUSULA SEXTA** – É facultado aos partícipes promover o distrato do presente acordo, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral por iniciativa de qualquer deles, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

### **DAS ALTERAÇÕES**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Este instrumento pode ser alterado, por mútuo entendimento entre os partícipes, mediante Termo Aditivo, visando aperfeiçoar a execução dos trabalhos, exceto no tocante ao seu objeto.





## *Conselho Nacional de Justiça*

### **DO FORO**

**CLÁUSULA OITAVA** – Não haverá estabelecimento de foro. Eventuais dúvidas ou controvérsias oriundas deste instrumento serão dirimidas de comum acordo pelos partícipes.

### **DA ADESÃO**

**CLÁUSULA NONA** – Este Acordo de Cooperação Técnica, após anuência do Conselho Nacional de Justiça, poderá ter a adesão das Secretarias de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal, mediante a assinatura de termo de adesão específico. As Secretarias prestarão o apoio logístico necessário ao recolhimento e transporte de armas de fogo e munições apreendidas e sob a guarda do Poder Judiciário, destinadas à destruição pelo Exército.

**Parágrafo único.** O Conselho Nacional de Justiça encaminhará cópia do termo de adesão e respectivo extrato de publicação no Diário de Justiça Eletrônico aos demais partícipes do presente Acordo.

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA** – O quadro de pessoal envolvido na execução do presente Acordo de Cooperação guardará vínculo e subordinação com o órgão a que pertencer.

a) cada partícipe ficará responsável pela equipe que disponibilizar para a execução deste Acordo de Cooperação;

b) identicamente, cada um dos Partícipes assumirá, isolada e exclusivamente, a responsabilidade integral por danos materiais e/ou morais causados pelos profissionais que disponibilizar para a execução do objeto deste Acordo de Cooperação;

c) a não exigência, por qualquer dos Partícipes, do cumprimento de qualquer cláusula ou condição estabelecida neste Acordo de Cooperação será considerada mera tolerância, não implicando sua revogação nem constituindo novação, mantendo-se o direito de ser exigido o seu cumprimento, a qualquer momento.





*Conselho Nacional de Justiça*

E, por estarem assim ajustados, assinam os partícipes o presente instrumento, para todos os fins de direito.

Brasília, 21 de novembro de 2017.

*Carmen Lucia*  
Ministra **CARMEN LÚCIA**

Presidente do Conselho Nacional de Justiça

General **VILLAS BÔAS**  
Comandante do Exército Brasileiro





*Conselho Nacional de Justiça*

ANEXO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N. 005/2017

Termo de Adesão da Secretaria de Segurança Pública do Estado XXX ao Acordo de Cooperação Técnica n. XX/2017, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e o Comando do Exército Brasileiro. (Processo CNJ sei n. 16945/2017)

A XXX, com sede XXX, CNPJ n. XXX, neste ato representado por seu Secretário, XXXXXXXX, portador de cédula de identidade n. XXX, SSP/XX e do CPF n. XXX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **RESOLVE**, por meio do presente instrumento, aderir ao **Acordo de Cooperação Técnica n. XX/2017**, celebrado entre o **Conselho Nacional de Justiça** e o **Comando do Exército Brasileiro**, cabendo à Secretaria prestar o apoio logístico necessário ao recolhimento e transporte de armas de fogo e munições apreendidas e sob a guarda do Poder Judiciário.

O Conselho Nacional de Justiça providenciará a publicação deste Termo de Adesão, em extrato, no Diário de Justiça Eletrônico.

E, por estarem de pleno acordo, essa Secretaria assina o presente Termo de Adesão, para que se produza seus efeitos jurídicos e legais.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Local e data.

\_\_\_\_\_  
Assinatura